

## COVID-19 VS ENSINO À DISTÂNCIA: REFLEXÃO DO CONTEXTO ANGOLANO

Janísio C. Salomão<sup>8</sup>

### Resumo

Em Angola a COVID-19 surgiu, foi-se instalando e hoje apresenta números preocupantes. Surgiu a necessidade de se repensar acerca de questões relacionadas com o conhecimento e aprendizagem num mundo cada vez mais incerto e frágil. O estudo, tem como objetivo analisar a implementação do EaD no contexto Angolano à luz da COVID-19. O estudo é empírico, de opinião. Apenas 37,5% da população Angolana tem acesso a telemóvel, 9% da população com 5 ou mais anos de idade tem acesso a computador e 10,2% tem acesso a internet. Quando comparamos o uso das tecnologias de informação entre a população que reside na área urbana e rural, o fosso é maior. Estes fatores terão de ser repensados para implementação EaD em Angola.

**Palavras-chave:** COVID-19; EaD em Angola; Ensino-aprendizagem.

---

<sup>8</sup> Mestre em Administração e Professor do Instituto Superior Politécnico de Benguela. E-mail: janisio.salomao@ispbenguela.com

## **Introdução**

São inúmeras as escolas e universidades que sentiram o impacto causado pela COVID-19, se estima que pelos menos 90% dos estudantes do mundo tenham sido afectados (UNESCO, 2020).

Refere a UNICEF (2020) que, em Angola “mais de 11 milhões de alunos do ensino primário e secundário estão em casa desde o encerramento das escolas em Março de 2020, altura em que foram notificados os primeiros casos da COVID-19, em Luanda, epicentro da pandemia em Angola”.

Milhões de crianças foram privadas de acesso a ensino e a educação com o eclodir da COVID-19 no Mundo e em Angola em particular. O artigo n.º 3 do Decreto Presidencial n.º 176/20 de 23 de Outubro suspendeu o reinício das lectivas no ensino primário.

A retoma das aulas no ensino primário e pré-escolar, estava apazado para dia 26 de Outubro do corrente ano (2020). O aumento de casos, fez com que o governo Angolano recuasse na medida de abrir as escolas para esta faixa etária de alunos, temendo o aumento do número de contaminação.

O Decreto Executivo n.º 17/20 de 27 de Outubro recentemente publicado pelo Ministério da Educação (MED) fixa orientações metodológicas, criação de oportunidade de aprendizagens para os alunos ensino primário e pré-escolar na modalidade Ensino a Distância (EaD) durante o período de suspensão das aulas presencias.

Angola viu-se como que “obrigada” a implementar e aprovar o regulamento relativamente ao EaD, depois de quase 21 anos em banho maria por força do surgimento da COVID-19.

Fomos apanhados de surpresa, não foram criadas as condições necessárias para a implementação e sucesso deste modelo de ensino aprendizagem. No entanto, existe uma clara desigualdade entre as condições proporcionadas pelas escolas privadas e as escolas públicas. Estes foram os principais motivos que impulsionar a realização do estudo tendo em atenção o momento o momento complexo que o país vive. Um estudo que visa contribuir na reflexão em torno do assunto, ajudará os decisores das políticas públicas a identificar aqueles que podem ser pontos de estrangulamentos do referido processo.

O presente estudo tem como objectivo analisar a implementação do EaD no contexto Angolano à luz da COVID-19. Um momento de inúmeras dificuldades sobretudo para garantir a exitosa implementação deste modelo de ensino-aprendizagem. O estudo é empírico, com recurso a pesquisa bibliográfica.

O presente artigo está estruturado em duas partes. Na primeira parte, abordaremos sobre a gênese da COVID-19 em Angola, seu comportamento e implicações. A segunda parte, sobre o EaD em

Angola, o contexto e as dificuldades infraestruturais que ainda persistem e, como podem elas comprometer a implementação exitosa desse modelo em Angola.

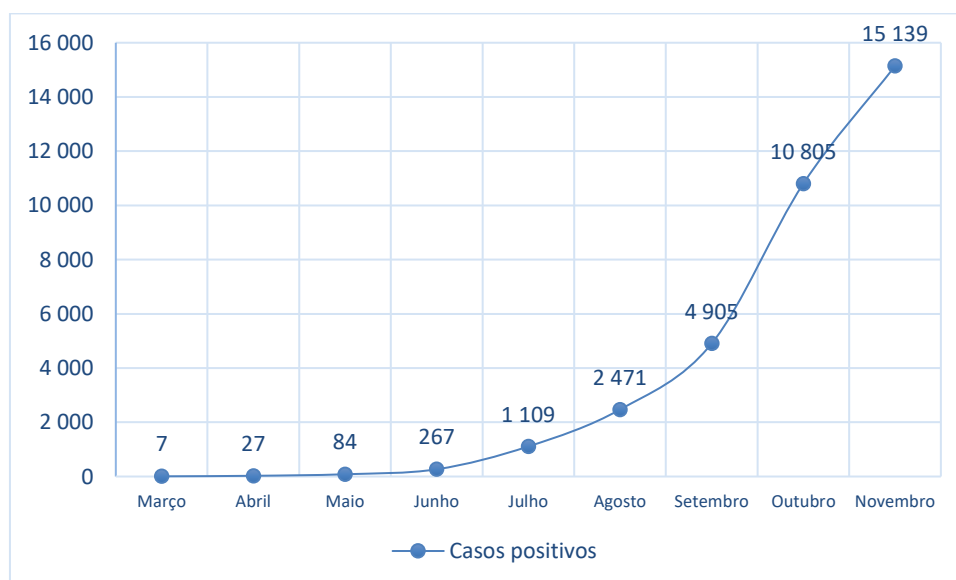
### COVID-19 em Angola

Em Angola a COVID-19 surgiu como quem não quer nada, aos poucos foi se instalando e hoje apresenta números preocupantes, tendo em atenção, o contexto actual em que se verifica uma escassez de leitos e meios suficientes para fazer face ao número de infectados.

No dia 18 de Março, o Presidente da República, João Lourenço, exarava o Decreto Legislativo Provisório n.º 1/20, suspendia direitos dos cidadãos nomeadamente, viagem, circulação nas fronteiras terrestres, atracagem e desembarque de navios de passageiros e aglomerações sociais com um número superior a 200 (duzentas) pessoas (ARTIGO 2.º).

No dia 19 de Março através de uma Directiva dos Ministérios de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação as aulas foram suspensas nos subsistemas de ensino superior e ensino geral por um período de 15, dependendo da evolução do quadro epidemiológico no país.

Os primeiros casos positivos do vírus SARS COV-2 foram detetados no dia 21 de Março do corrente ano. Com a finalidade de se evitar a propagação do vírus, o governo angolano declarou a entrada do primeiro estado de emergência no dia 27 de Março, com um período máximo de 15 dias.



**Gráfico 1- Evolução do Quadro Epidemiológico em Angola**

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), 2020.

Da análise do quadro 1, podemos verificar que o número de casos tende a aumentar. No mês de Março foram registados apenas 7 casos, número que acabou por aumentar significativamente no mês de Novembro em que o número já ascendia para além dos 15 mil casos. De Março a Novembro registou-se um aumento de 216.171%. O que nos dá um indicador de que existe a necessidade de ser aprimorado o EaD em Angola, como um modelo alternativo, caso o número de pessoas infectados não venha a regredir num futuro breve e incerto.

Outrossim, um EaD eficaz é visto como uma alternativa para reduzir a propagação do vírus SARS COV-2. O problema que se levanta é se todos os docentes ou facilitadores, estão munidos com as metodologias necessárias para a materialização do ensino ou, os docentes possuem o domínio das Tecnologias que facilitem o referido processo.

Tal conforme referem Oliveira et al., (2020, p. 562):

Se no Ensino presencial o papel do professor é fundamental, no Ensino remoto isso, provavelmente, também seria o caso, desde que este tivesse familiaridade com tecnologias e técnicas eficazes de Ensino a distância. No caso concreto, isso resultará na manutenção ou ampliação das desigualdades, dada a impossibilidade de desenvolver estratégias mais genéricas e robustas, no curto prazo, para suprir as carências no setor público.

A população Angolana é maioritariamente jovem correspondendo a cerca de “65% da população residente”, logo constitui um factor de preocupação caso, de tal forma que sejam encontradas alternativas para que esta franja da população tenha acesso ao Ensino mesmo em época de pandemia (INE, 2014, p.37).

A COVID-19, trouxe ao de cima a necessidade de se repensar sobre as questões relacionadas com o conhecimento e aprendizagem num mundo cada vez mais incerto e frágil, aonde a educação deve ser protegida e transformada de tal forma que, no futuro, seja um bem compartilhado por toda a humanidade (UNESCO, 2020).

### **O Ensino à Distância em Angola (EaDA)**

O EaD tem a sua génese no início do século XIX na Inglaterra, Estados e Suécia sendo a oferta de cursos na altura, sendo feita através de correspondências que eram distribuídos em todo o país através dos correios (Martins, 2020).

Em Angola, o processo de educação está associada a processos históricos, tendo conhecido vários constrangimentos, que acabaram por condicionar a sua evolução e desempenho; com o fim do conflito armado em 2002 iniciam -se as reformas no sector (Liberato, 2014).

O EaD surge no artigo n.º 89, Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro de 2016, em substituição da anterior Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro de 2001.

De acordo com a referida lei, o EaD,

é uma modalidade que o processo de ensino-aprendizagem ocorre de forma virtual, com o recurso à utilização de tecnologias de informação e outros meios de comunicação e diverso material bibliográfico, complementado por momentos de interação presencial directa entre alunos, professores e demais actores (Lei n.º 17/16, p. 4006).

Apesar da modalidade de Ensino à Distância (EaD) em Angola não ser recente, o seu regulamento foi tornado público apenas no dia três de março do corrente ano, através do Decreto Presidencial 59/20, por força do Estado de Emergência, tendo como génese a COVID-19 e, a sua abrangência apenas no subsistema de ensino superior público e privado.

No concernente ao subsistema de ensino geral, nomeadamente as instituições ensino primário e secundário, não existe um regulamento específico, o EaD é regulado através do decreto executivo n.º 17/20 de 27 de Outubro de 2020, que fixa algumas orientações metodológicas para o corpo docente e administrativo.

Como consabido, o sucesso do EaD depende de uma série de variáveis e condimentos sem os quais, não se consegue alcançar os objectivos preconizados. O referido decreto, estabelece que “o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer de forma virtual”; no contexto Angolano, persistem ainda dificuldades, sobretudo, no acesso quer de alunos e professores a meios digitais ou tecnologias de informação com o fito de facilitar o referido processo.

**Quadro 1.** *Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.*

Nº	Indicadores	Angola	Área de Residência	
			Urbana	Rural
1	Proporção da Popul. com 5 ou mais anos com acesso ao telefone móvel	37,5	46,8	21,2
2	Proporção da Popul. com 5 ou mais anos com acesso ao computador	9,9	11,8	6,5
3	Proporção da Popul. com 5 ou mais anos com acesso a Internet	10,2	12	7

Fonte: INE (2014, p. 58)

Como refere o quadro 1, apenas 37,5% da população Angolana tem acesso a telemóvel, 9% da população com 5 ou mais anos de idade tem acesso a computador e 10,2% tem acesso a internet. Sendo a população estimada em 31 milhões de habitantes (INE, 2020).

Quando comparamos o uso das tecnologias de informação entre a população que reside na área urbana e rural, o fosso é maior, ou seja, a população rural tem apenas 21,2% acesso ao telemóvel, 6,5% tem acesso ao computador e apenas 7% tem acesso a internet.

O ensino a distância online não pode ser a única solução, pois ele tende a exacerbar as desigualdades já existentes, que são parcialmente niveladas nos ambientes escolares, porque nem todos possuem o equipamento necessário (UNESCO, 2020).

Existem outros obstáculos graves para os professores e alunos sobretudo, aqueles que se residem nas periferias ou zonas rurais, aonde para além de poucos recursos, faltam aparelhos de telefonia móvel, computadores, *softwares* e internet de boa qualidade, factores relevantes para o sucesso do EaD (Dias & Pinto, 2020).

Associado a esta problemática está os altos preços dos serviços de telecomunicações em Angola. De acordo a Associação dos Direitos do Consumido de Angola (AADIC), os preços praticados pelas principais operadoras são injustos, ante as dificuldades financeiras impostas pela pandemia da COVID-19 (Voa, 2020).

Numa fase de pandemia e havendo a necessidade de se garantirem as aulas a distância as operadoras dos serviços de telecomunicações deveriam criar pacotes especiais com vista a garantir que haja um número maior de estudantes e professores tenham acesso à internet a preços bonificados. Um

cenário que a nosso ver não se vislumbra a curto prazo, quando as empresas apenas têm o olho no lucro.

Desde Março (2020) o Ministério da Educação (MED) encontrou uma alternativa para facilitar o EaD, um plano de contingência, através da transmissão de aulas pelos meios de comunicação públicos, nomeadamente: A Televisão Pública de Angola (TPA) e a Rádio Nacional de Angola (RNA). Uma iniciativa que tem ajudado algumas crianças que possuem televisão e rádio em suas casas, uma realidade que não é uniforme a todas as famílias em Angola face as assimetrias verificadas sobretudo no acesso a energia da rede eléctrica.

**Quadro 2.** *Índices de Pobreza por Características da Habitação*

Nº	Características da habitação	Índices de pobreza		
		Incidência	Profundidade	Intensidade
1	Electricidade da rede	18,40	4,3	1,2
2	Gerador/placa solar	26,80	4,7	1,6
3	Candeeiro a pilha/gás/petróleo	58,80	16	7,4
4	Outra situação/não iluminação	58,00	15,4	7,1

Fonte: INE (2020, p.58)

Apesar das iniciativas implementadas pelo MED para que todos alunos tenham acesso ao EaD, é clarividente que nem todas as crianças têm assistido as tele aulas através da TPA ou acompanhado as aulas através da RNA, uma das causas é, indubitavelmente as dificuldades relativas a electricidade, que afecta uma boa parte da população. No inquérito sobre despesas e receitas, publicado pelo INE e, conforme ilustrado no quadro 2, verificamos que, mais de 50% da população possuem outras fontes de iluminação em casa, candeeiro a pilha, gás ou petróleo 58,8% e, 58% não possui iluminação em suas residências. Apenas 18,40% tem acesso electricidade da rede.

Na sua casa de chapa, onde apenas uma cortina separa os compartimentos, Bernardo coloca os seus cadernos na mesa de plástico e com ajuda do rádio do seu pai, que funciona a luz solar acompanha as aulas transmitidas pela rádio, todos os dias a partir das 14 horas.

Bernardo reconhece que não é o mesmo que estar numa sala de aulas com os colegas, e apesar do tempo curto ele consegue lembrar de algumas matérias (UNICEF, 2020).

Uma outra variável que pode condicionar o sucesso do EaD em época de pandemia é o acesso ao material bibliográfico da parte dos alunos.

O ensino em Angola é gratuito fazendo parte de um dos objectivos do milénio e dos onze compromissos assumidos pelo governo Angolano, que visam garantir a universalização de uma educação de qualidade (Conselho Nacional da Criança 2011; ONU, 2015).

De acordo a UNICEF (2016) “a educação de qualidade é uma educação que funciona para todas as crianças, providenciando-lhes um ensino que passa por professores bem formados, recursos didácticos actualizados e adequados, e que permite que todas elas alcancem o máximo do seu potencial”.

Persistem ainda a dificuldades no acesso ou na indisponibilidade de alguns materiais didácticos, por se apresentarem insuficientes, o que tem constituído um dos problemas comuns no processo de ensino-aprendizagem (Canhici & Gomes, 2016; UNICEF, 2020).

### **Conclusão**

Quando a pandemia chegará ao fim? As incertezas pairam, no entanto não existe um real consenso. A corrida desenfreada para a produção da primeira vacina já teve partida. A OMS (2020) aponta que existam mais de “100 vacinas em teste” mas, nenhuma delas estará pronta este ano ou mesmo o próximo ano. O cerne da questão é: Como ficam as escolas? permanecerão encerradas?

A Europa e América encontram-se já na segunda vaga da COVID-19, Angola ainda encontra-se na primeira vaga e, pelo dados publicados, ainda não atingimos o “pico” e não se sabe quando atingiremos o “pico”, ou mesmo, quando será a segunda vaga da COVID-19.

Uma coisa é real o mundo que conhecemos já não será o mesmo. Angola, sendo um país maioritariamente jovem, é de todo imperioso que o governo encontre alternativas a curto e médio prazo. Apesar da legislação relativa ao EaD ter mais de 20 anos, não se tem experiências suficiente, mas tal facto, não é motivo para que se cruzar os braços. Julgo que é o momento de arregaçar a manga e trabalhar para uma materialização em pleno no EaD em Angola.

É fundamental o EaD, pelo que, é crucial que seja prestada uma maior atenção as escolas



públicas pois, são elas as mais carentes de recursos humanos (professores), tecnológicos e materiais, condimentos essenciais para a preparação de um cocktail perfeito de EaD.

Persistem por outro lado, as desigualdades e as assimetrias um dos factores que acaba por ser uma condicionante na prossecução deste desiderato. Uns tornam-se cada dia mais ricos e outros mais pobres.

Conforme Gomes et al. (2020, pp.8-9):

... as fracturas da sociedade deixam a penumbra para se tornarem expostas: a miséria, a pobreza, os sem teto, os imigrantes, as minorias em geral, a agonia de quem perdeu trabalho e emprego, a falta de cidadania de dirigentes, a crença em ideologias, a introversão das burocracias em seu próprio favor, a instrumentalização de acções políticas, a liberação de verbas para os aliados (Mateus, primeiro os meus, depois os teus!) e todo o conhecido cortejo de consequências quando os meios levam a palma sobre os fins e certos fins justificam os meios.

O Decreto Executivo n.º 17/20 de 27 de Outubro de 2020, do MED fixa algumas orientações metodológicas para a implementação do EaD, no entanto, julgam tais medidas opacas e amálgamas no ponto de vista para a sua materialização, contudo, existem ainda problemas candentes que necessitam de ser resolvidos para o cumprimento de tal desiderato, aqui queremos nos referir ao acesso a internet, computadores, dispositivos moveis, materiais didácticos. Outrossim, persistem igualmente problemas relacionados a energia eléctrica em que, grande parte da população mais de 50%, possui fontes alternativas de electricidade. Como garantiremos o êxito do EaA no país? Será um ensaio? Uma medida momentânea? E se perdurar a situação da COVID-19 no país.

Não estaremos a mutilar as crianças? Julgamos que é necessário olhar com olhos de ver tais medidas e não apenas para “inglês ver” como diz na gíria.

Outrossim, estarão os nossos professores e alunos preparados psicologicamente? Depois de mais de seis meses confinados? Precisamos garantir que seja efectuado um trabalho profundo e consentâneo para que a implementação do EaD venha responder as aspirações dos alunos e professores de tal sorte que, seja garantido um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

## Referências Bibliográficas

- Canhici, M. H., & Gomes, M. de F. C. (2016). Dificuldades Escolares Em Cabinda/Angola: O Que Dizem As Monografias? *Psicologia Em Estudo*, 21(3), 485. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i3.31687>.
- Conselho Nacional da Criança. (2011). *11 Compromissos com a Criança*. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org/angola/files/2018-05/11%20COMPROMISSOS%20V%C2%BA%20FORUM%20DA%20CRIAN%C3%87A%202.pdf>.
- Dias, É., & Pinto, F. C. F. (2020). A educacao e a Covid-19. *Ensaio*, 28(108), 545–554. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>.
- Decreto Executivo (2020). n.º 17/2020 do Ministério da Educação.
- Decreto Presidencial (2020). n.º 59/2020. Presidente da República. Diário da República I série, n.º 31. Disponível em: [https://www.covid19.gov.ao/assets/arq\\_pdf/2020DRI031.pdf](https://www.covid19.gov.ao/assets/arq_pdf/2020DRI031.pdf).
- Gomes, C. A., Sá, S. O., Vázquez-Justo, E., & Costa-lobo, C. (2020). A Covid-19 e o Direito à Educação Que mundo é este ?. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social (RIEJS)*, 9(3e), 1- 14. ISSN: 2254-3139: [www.rinace.net/riejs/](http://www.rinace.net/riejs/) [revistas.uam.es/riejs](http://revistas.uam.es/riejs).
- INE (2020). *Relatório de Pobreza para Angola. Inquérito sobre Despesas e Receitas*. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/31-populacao-e-sociedade/835-relatorio-final-do-inquerito-sobre-despesas-e-receitas-idr-2018-2019?highlight=WYJyZWNIaXRhcylslmRlc3Blc2FzIl0=>.
- INE (2014). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/31-populacao-e-sociedade/569-resultados-definitivos-do-censo-2014>.
- Liberato, E. (2014). Avanços e Retrocessos da Educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, 19(59), 1003–1031. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782014000900010>.
- Lei n.º 17/2016 (2011). Assembleia Nacinal. Diário da República: I série, n.º 170. Disponível em: [http://www.ccd.ujes.co.ao/cursos/legislacao\\_ensino\\_distancia.pdf](http://www.ccd.ujes.co.ao/cursos/legislacao_ensino_distancia.pdf).
- Martins, R. X. (2020). A Covid-19 e o Fim Da Educação a Distância : Um Ensaio the Covid-19 and the End of Distance Education. *EmRede - Revista de Educação à Distância*, 7(May).
- Oliveira, J. B. A., Gomes, M., & Barcellos, T. (2020). Covid-19 and back to school: Listening to evidence. *Ensaio*, 28(108), 555–578. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802885>.
- OMS (2020a). *The Push for a COVID-19 vaccine*. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines>.
- OMS (2020b). *Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard*. Disponível em: <https://covid19.who.int/table>.

UNESCO (2020). *Comissão Futuros da Educação da UNESCO apela ao planeamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>.

ONU (2015). *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em:

<http://onuangola.org/nosso-trabalho/graduacao-objectivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>.

UNICEF (2020). *COVID-19: LONGE DAS ESCOLAS CRIANÇAS APRENDEM POR MEIO DA RÁDIO E DA TELEVISÃO*. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.UNICEF.ORG/ANGOLA/HISTORIAS/COVID-19-LONGE-DAS-ESCOLAS-CRIAN%C3%A7AS-APRENDEM-POR-MEIO-DA-R%C3%A1DIO-E-DA-TELEVIS%C3%A3O>.

UNICEF (2016). *QUALIDADE COM EQUIDADE NA EDUCAÇÃO*. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.UNICEF.ORG/ANGOLA/QUALIDADE-COM-EQUIDADE-NA-EDUCACAO>.

VOA, (2020). *ASSOCIAÇÃO DO CONSUMIDOR RECORRE CONTRA AUMENTO DO PREÇO DAS TELECOMUNICAÇÕES EM ANGOLA*. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.VOAPORTUGUES.COM/A/ASSOCIA%C3%A7%C3%A3O-DO-CONSUMIDOR-RECORRE-CONTRA-AUMENTO-DO-PRE%C3%A7O-DAS-TELECOMUNICA%C3%A7%C3%B5ES-EM-ANGOLA/5592981.HTML>.

## COVID-19 VS DISTANCE TEACHING: REFLECTION OF THE ANGOLAN CONTEXT

### Abstract

In Angola, COVID-19 emerged, was installed and today presents worrying numbers. The need arose to rethink about issues related to knowledge and learning in an increasingly uncertain and fragile world. The study aims to analyze the implementation of distance education in the Angolan context in the light of COVID-19. The study is empirical, of opinion. Only 37.5% of the Angolan population has access to a mobile phone, 9% of the population aged 5 or over has access to a computer and 10.2% has access to the internet. When comparing the use of information technologies between the population residing in urban and rural areas, the gap is greater. These factors will have to be rethought for the implementation of distance education in Angola.

**Keywords:** COVID-19; DL in Angola; Teaching-learning.